



Protokoll vom Runden Tisch 2017  
Kein Recht weniger!  
Kampfzone  
Menschenrechte  
www.kooperation-brasilien.org



**Titel:** Justiça restaurativa – um modelo alternativo ao sistema penitenciário vigente  
**Datum:** 11.11.2017  
**Uhrzeit:** 11:00 Uhr

Podium/Input: Valdir João Silveiro und Caroline Oliveira de Menezes (Pastoral Carcerária Nacional – PCN )

Moderation : Regina Reinart (MISEREOR)  
Protokoll: Monique Pontes Alencar (ASW)

---

## **1ª Parte**

A moderadora **Regina Reinart (RR)** começou o Fórum com um momento de apresentação de todos os participantes presentes. Depois da apresentação, RR expressou a sua gratidão e o privilégio de poder ter trazido os parceiros da Pastoral Carcerária Nacional (PCN) para a Mesa Redonda 2017.

Inicialmente, o padre **Valdir Silveiro (VS)** faz uma apresentação curta do cenário nacional dos cárceres brasileiros. Ele convida a todos para olhar os rostos de prisioneiros (Data Show) e analisar o que aqueles rostos dizem sobre o grupo e classe social, a que esses prisioneiros pertencem. Os rostos são de pessoas que foram assassinadas em 1º de janeiro de 2017 no massacre do presídio de Manaus – AM. A seguir, mais fotos de prisioneiros que morreram em outro massacre no presídio de Roraima, em 2 de janeiro desse mesmo ano. “A que classe social e econômica eles pertencem?” pergunta VS.

**Valdir** expõe dados dos 38 prisioneiros que foram mortos em Manaus: 9 tinham sido acusados de homicídio, enquanto a maior parte dentre essas pessoas mortas no massacre tem acusações de roubos (pequenos furtos: de celular, moto, comida, por exemplo). VS também chama atenção para o sofrimento da família desses presos.

Depois, fazendo uma comparação, **VS** pede para todos olharem para a foto de juízes e desembargadores do Estado de São Paulo (membros do judiciário). Em curta análise, percebemos que a foto está dominada por pessoas brancas e por homens, com pouquíssimas mulheres e nenhum negro. Então, concluiu-se que, quem julga a classe pobre/miserável são os homens brancos de classe bem mais alta. Além disso, **VS** expõe os gastos do judiciário brasileiro (não só o salário dos juízes, mas também os inúmeros auxílios financeiros a que eles tem direito, como por exemplo, auxílio moradia, paletó, livros) e compara com valor dos furtos e roubos dos prisioneiros: 114 milhões de reais são os gastos do judiciário – isso quer dizer que o valor total dos roubos/furtos cometidos pelos prisioneiros não corresponde nem a 1 décimo daquele valor). A conclusão que **VS** chega é que o judiciário é uma instituição que mantém a desigualdade social.

## **A realidade dentro dos presídios**

---

Após essa comparação, **VS** convidada todos para entender a realidade dos presídios de Pernambuco, através de fotos e relatos pessoais de suas visitas. Ele descreve as condições do presídio da cidade de Pesqueira-PE: Uma cela prisional que é para 5 pessoas, tem 45. Nenhuma cela tem água disponível. O sanitário é o chão e tem que buscar água do lado de fora. A mesma água também é para beber. Tem período que é 1 balde de água por cela, ou seja, para 45 pessoas. O mau cheiro é intenso. As paredes tem muitas moscas devido à grande falta de higiene e ao calor. Além de moscas, tem muitos escorpiões nessa unidade e é muito comum pessoas feridas com picadas de escorpião. Não tem nenhum médico/assistência médica. Neste local encontram-se pessoas que estão detidas há 1 ou 2 anos, sem nem ter tido a primeira audiência pública perante o judiciário. Um grande problema é que nessas regiões do interior existe apenas 1 ou 2 defensores públicos para toda a região e para todos os delitos.

Neste momento, um participante do Fórum pergunta sobre o papel/sobre a função do defensor público. **VS** explica que no Brasil há muitas pessoas pobres que não tem dinheiro para pagar um advogado. Nesses casos, o Estado Brasileiro oferece a defesa, que é justamente o defensor público. Porém, a Defensoria Pública (DP) é ainda muito fraca/ineficiente e em muitos estados da federação a DP foi criada apenas recentemente. Outro problema muito comum é que muitos detentos não tem nenhum documento formal, nenhum registro – principalmente nas regiões do norte e nordeste.

### **A Justiça Restaurativa**

Diante disso, **Valdir** explica que o objetivo da Pastoral Carcerária (PCN) é lutar por um mundo sem cárceres. Essa proposta foi assumida por toda a América Latina em 2008. Afinal não é aceitável que as pessoas pobres sejam tratadas dessa forma. Aceitar isso, é aceitar toda a violência contra as camadas mais pobres. Principalmente porque o sistema penal na América Latina é muito seletivo: são pessoas pobres, semi- ou analfabetas, sem documentos, que são “jogadas” nos cárceres e tratadas de forma indigna e desumana.

A PCN formulou 10 propostas de enfrentamento a esta realidade. Uma delas é a chamada Justiça Restaurativa. A Justiça Restaurativa é uma nova forma de lidar com o conflito. Essa forma de mediação de conflitos que a América do Sul está usando atualmente é baseada em um modelo da Nova Zelândia, que por sua vez foi inspirado na forma de solucionar os conflitos dos seus povos primitivos. **VS** salienta que no Brasil, os grupos tradicionais, como os indígenas e quilombolas, já praticavam a sua própria forma de solucionar/lidar com o conflito sem judicializar, ou seja, sem levar o conflito a um juiz.

Caso concreto: Valdir relata um caso no estado do Piauí de uma mulher que havia sido condenada por tráfico de drogas (havia sido encontrado maconha em sua casa, que não necessariamente pertencia àquela mulher). Ela foi presa, tendo filhos para cuidar em casa. **VS** afirma que o judiciário/a justiça penal não tem compromisso com as consequências da prisão. Isso geraria um problema social muito sério. O judiciário não é responsável por seus atos quando “joga” alguém na cadeia.

Por isso, lidamos com alternativas penais que não seja a prisão. Há várias formas: uma delas é a capacitação de pessoas da Pastoral Carcerária para trabalhar no Círculo Restaurativo. Desde 2010, esse trabalho de formação vem sendo feito com mais de 700 agentes da PCN em todas as regiões do Brasil. Alguns grupos trabalham dentro dos presídios, com prisioneiros e funcionários das penitenciárias, a fim de diminuir o ciclo de violência interna deste ambiente. Outros grupos trabalham fora da prisão, ao seja, com a sociedade civil. Esse ponto é muito importante, principalmente em casos de violência familiar (Lei Maria da Penha) e de conflitos nas escolas.

---

Esse modelo do Círculo Restaurativo envolve a vítima e suas relações. A comunidade local torna-se presente, fica envolvida também. A comunidade fica empossada das decisões locais. Resultado: quase sempre se termina com uma parceria e compromisso entre a família da vítima e do agressor. Estabelece-se então uma relação que antes não existia. Este ano, a PCN e o IBCCRIM elaboraram propostas jurídicas/legislativas para a redução do encarceramento em massa (ver slides).

*"Enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade social, na sociedade e entre vários povos, será impossível erradicar a violência."* Papa Francisco

### **Sistema Carcerário – Dados estatísticos (ver slides):**

Os dados oficiais do Brasil foram colhidos em 2014. Porém é importante lembrar que 2 estados se negaram a dar informações: o estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está querendo saber quantos presídios tem no Brasil – não se sabe ainda. O dados do governo federal têm uma oscilação. De acordo com o CNJ: 1 milhão e 10 mil pessoas presas – inclusive os presos provisórios. Pouco mais tarde, os dados expostos já é melhor. A inconsistência da informação é evidente.

Em escala global, a população carcerária do Brasil vem crescendo muito nos últimos anos. Último dado do CNJ: 668.905 presos (dados de outubro de 2017). Porém, na realidade, há muitas pessoas nas cadeias que não estão sendo contabilizadas. Portanto, podemos dizer com segurança que o número de presos está acima de 700 mil. E se contarmos com os presos em prisão domiciliar, este número passa dos um milhão.

Depois vemos a evolução da população carcerária ao longo dos anos. Os números cresceram de forma acelerada. A partir de 2006 houve uma grande mudança no sistema prisional, pois o usuário de drogas passou a ser criminalizado. Então, a quantidade de prisões aumentaram exponencialmente. Caso concreto: Uma mulher catadora de lixo foi encontrada com 8 gramas de maconha e por isso foi presa por 4 anos. A criminalização do usuário de droga causou um grande encarceramento no Brasil. Além disso, grande das mulheres encarceradas é por causa de droga.

**Valdir** expõe dados relativos aos óbitos no cárcere (ver tabela de comparação entre mortes naturais e mortes totais no cárcere do estados de São Paulo). Ao apontar os números da tabela, VS se pergunta: Mas mortes naturais onde não há médico ou qualquer saneamento básico? Que morte natural é essa?

Outro problema a se combater são as propostas de privatização do presídios. Em relação à privatização tem-se 2 modelos: o modelo americano e o francês. A PCN vê essa proposta de forma preocupante/triste. Já existem 32 presídios privatizados no Brasil (incluindo os 2 modelos).

- Modelo dos EUA: Modelo de Parceria Público-Privada (PPP)
- Modelo da França: Modelo de Co-gestão (onde os serviços prestados nos presídios é privado/terceirizado – alimentação, segurança, etc.). Já existem empresas especializadas em co-gestões com presídios.

Existe uma grande propaganda, que diz que em presídios privatizados, a reintegração dos presos seria maior. Porém, as mortes que ocorreram em Manaus foram em um presídio privatizado. Também houveram rebeliões dentro de presídios privatizados no Maranhão. A imprensa não divulga a grande violência que ocorre nos presídios privatizados.

**Caroline Oliveira (CO)** ressalta que essas empresas que atuam em presídios estão altamente ligadas com políticos brasileiros, com deputados. E existem também parcerias políticas entre políticos e empresas de gestão de presídios, gerando assim uma política de encarceramento.

---

Outro dado: existem presídios que custam caríssimo. No presídio de Manaus, onde houve o massacre do início do ano, é onde o preso custa mais caro do Brasil. E lá os presos não têm alimentação, nem remédios. Nesse ponto, **VS** ressalta também a grande convivência dos outros órgãos públicos (Tribunal de Contas, juiz corregedor).

Participante afirma que é difícil mobilizar a população e que aparentemente em 2006 não houve grande resistência da população contra a lei. Pergunta: e agora, em relação a privatização?

**Valdir** responde: A Constituição Brasileira define que a pena deve ser aplicada pelo Estado. O Estado não pode terceirizar a aplicação da pena – é inconstitucional. Os parlamentares entraram com um Projeto de Lei para mudar isso. Esse é um grande debate atualmente no Senado. A PCN e outras entidades parceiras tentam tirar da pauta essa proposta e impedir a oficialização das privatizações. Mas os meios de comunicação em massa defendem a privatização. Tem também parlamentares do lado da Pastoral. **CO** diz que apesar de ser uma luta difícil, as vitórias do dia a dia nos mantêm militantes. Essa encaminhamento dessa proposta já foi adiado várias vezes por pressão da Pastoral e parceiros.

Pergunta de outro participante: E sobre a redução da maioria penal, de 18 para 16 anos?

**VS** responde: A empresa Umanizzare (empresa de gestão de presídios) financiou vários deputados, que hoje estão no poder e que estão à frente da proposta de redução de maioria penal. Outra empresa de segurança privada e também a indústria de armas financiaram vários deputados. Esse financiamento gera um compromisso entre empresa financiadora e os políticos, fazendo com que esta proposta seja aprovada, como retorno ao financiamento da campanha política. A grande maioria da sociedade também aprova a redução. A mídia também é bem sensacionalista nesses casos de crime cometido por menor de idade – se busca um crime bem polêmico pra colocar na mídia e mobilizar a sociedade. A bancada BBB<sup>1</sup> na câmara e no senado brasileiro está a favor da redução, pois esses grupos têm compromisso com a indústrias financiadoras. Quando se investiga os deputados, se vê essas relações de financiamento.

**CO** afirma que a discussão na sociedade também é muito difícil. No Brasil, a maioria da população é contra o aborto, inclusive em caso de estupro, e a favor da redução de maioria penal – ou seja, há uma grande valorização da vida do feto, mas também uma grande desvalorização da vida daquele menino que será preso.

Em 2015, o Brasil tinha 6 milhões de ações criminais pra serem julgadas. Em 2016 entraram mais 2 milhões e meio de novos processos criminais na Justiça brasileira. Isso significa também um grande aumento no número de presos.

Em um último momento, a moderadora agradece a Valdir a Caroline e pede para todos fecharem os olhos e refletirem sobre as informações, para internalizarmos e processarmos o que aprendemos nesse Fórum. Depois foi dada a palavra aos participantes que puderam compartilhar e expressar seus sentimentos, suas angústias e dúvidas. Nesse momento veio à tona o conservadorismo no Brasil atual, o papel dos defensores públicos, a situação de crianças que nascem nos presídios e mulheres grávidas e com crianças nos presídios, como também a ideia de esperança e de movimentar/sensibilizar as pessoas na sociedade (os presos também tem direitos).

## **2ª Parte**

---

1Os 3 grupos pesados no poder atualmente: Bala (indústria de armas), Boi (ruralistas) e Bíblia (religiosos conservadores).

Pontos a serem discutidos nesta fase:

1. A justiça restaurativa: como funciona?
2. Um mundo sem cárceres? Como vocês lidam com essas provocações?
3. Como lidar com o trauma de trabalhar com esse sistema carcerário vigente? 6.000 agentes/semanas
4. Sobre os “passos alternativos”
5. Propostas com a defensoria pública e a defesa dos direitos humanos
6. Articulação da Pastoral com outros movimentos sociais (como isso acontece)
7. Confiabilidade dos dados estatísticos
8. Visão/perspectiva do sistema penal alemão (comparação Alemanha X Brasil)
9. Posição dos participantes em relação a proposta de um Mundo sem Cárceres.

### **Sobre o ponto 1:**

**Valdir Silveiro:** A Justiça Penal que temos hoje é comprovadamente falida. O sistema prisional nunca funcionou de acordo como a lei determina. Além de que a lei é contraditória: de acordo com a lei, a pena é para ressocializar as pessoas, mas prender/isolar uma pessoa para que a mesma se ressocialize é contraditório – é como amarrar uma pessoa, para que ela aprenda a correr. Quanto mais presídios se constrói, mais aumenta a violência. E como já foi comentado, a condenação das pessoas é feita de forma seletiva.

Ao buscar uma resposta para este problema, se percebeu que em comunidades tradicionais, as indígenas por exemplo, não há esse sistema ou a instituição de um presídio. A resolução do conflito é feita em comunidade. A condenação mais grave é o silêncio. Há vários modelos alternativos ao Cárcere. A Justiça Restaurativa se baseia nos modelos do Canadá e da Nova Zelândia. Inclusive, todo ano tem um congresso mundial no Canadá sobre alternativas penais. A ONU também tem avançado muito nesse aspecto.

Em 2010 se começou o trabalho da PCN com Justiça Restaurativa no Brasil. O primeiro trabalho foi feito dentro dos presídios, promovendo o diálogo entre os presos, mais especificamente, entre os diferentes grupos do presídio (há muito conflito interno nos presídios). A ideia principal é que a pessoa se responsabilize, assuma a responsabilidade pelos atos; assim como é importante ver a forma de lidar com a violência dentro do presídio. O objetivo é trazer uma consciência pessoal, que leva à reconciliação. Resultado: a reincidência dos presos que trabalharam com a PCN não ocorreu, porque agora essas pessoas tem outra forma de lidar com o conflito.

Também há trabalhos com os agentes penitenciários, porque trabalhando nos presídios, eles absorvem a agressividade dos presos. Então, o trabalho nesse caso é de ensinar aos agentes a administrar o conflito do outro, sem se envolver no conflito. Essa é a segunda etapa da Justiça Restaurativa e, por enquanto vem sendo mais aplicada no sul do país.

Na terceira etapa é o trabalho feito nas escolas das comunidades. É fazer círculos e diálogos com crianças e adolescentes nas escolas. Caso concreto no Paraná: em uma escola havia muitos conflitos (furtos, roubos, brigas) e a PCN foi lá criar as condições de diálogo, através dos Círculos Restaurativos, entre alunos e também com a participação das famílias. Resultado: os adolescentes que cometeram o furto sugeriram a solução do conflito – pintar as escadas da escola, corta a grama, pintar o muro, envolvendo amigos e família. Caso concreto no Ceará: nesse estado há muita violência familiar. O trabalho nestes casos é também de diálogo, de debate, envolvendo também os vizinhos. Assim, se distribui a responsabilidade com toda a vizinhança.

---

**Caroline Oliveira** também ressalta a importância da participação da vítima. Nesse processo de restauração de conflitos, a vítima é ouvida e dessa forma uma solução que seja boa para todos pode ser encontrada, enquanto na Justiça Penal, isso não acontece. Esse trabalho da Pastoral nas comunidades está ainda em processo de desenvolvimento. A ideia desse trabalho é de prevenção.

A moderadora **Regina R.** pergunta se já existem países onde a Justiça Restaurativa funciona. Há algum bom exemplo norteador? **Valdir S.** diz que há bons exemplos em Camarões e na Holanda. A Holanda fechou 19 presídios por falta de presos – isso aconteceu tanto por causa da descriminalização, mas também por causa da aplicação da Justiça Restaurativa. Lá o preso tende a não passar muito tempo na prisão, porque quanto mais tempo se fica preso, “pior fica”. Na Holanda, alguns presídios viraram hotel, como turismo.

Um participante fala que nunca ouviu sobre Justiça Restaurativa na Alemanha ou sobre esses 19 presídios fechados na Holanda. Outro participante diz que na Suíça, a justiça para menores de idade é bem restaurativa, que não há presídios para menores de idade.

### **Sobre o ponto 6:**

A Pastoral Carcerária Nacional tem articulações com:

- A Igreja do Brasil tem a Campanha da Fraternidade. Em 2018, será sobre combate as causas da violência. A Pastoral conseguiu colocar a Justiça Restaurativa no programa dessa campanha, como proposta para combater a violência
- as pastorais sociais da igreja;
- Movimento com famílias de presos;
- Alguns grupos de hip-hop;
- Grupos de matriz afro em São Paulo;
- Também há diálogos com grupos LGBT;
- Movimento Mães de Maio (mães que perderam seus filhos na violência policial – trabalho nacional e internacional, criado em SP em 2006).

Ou seja, não é só uma questão de igreja, mas envolve vários movimentos sociais.

### **Sobre o ponto 3:**

**Regina** pergunta como é que se lida com o trauma de trabalhar com esses temas tão pesados?

**Caroline** responde que ao trabalhar na formação, com os agentes, tenta-se dar um momento de voz aos agentes e esses momentos de partilha em grupo fazem o trabalho ser mais leve e dá forças para continuar na luta. Partilhar as frustrações, as angústias, já faz com que o fardo seja menor.

A moderadora **Regina** menciona e sugere o uso de técnicas corporais como forma de trabalhar com traumas desenvolvidas na Nicarágua. Ela explica que lá é difícil ter condições para fazer tratamentos individuais de lidar com traumas – então, criou-se essas técnicas, em que as pessoas fazem em grupos, dentro das comunidades, usam muito o corpo para trabalhar os traumas e lidar com eles. A sugestão é usar essas técnicas de trabalhos de corpo ao começar e terminar os encontros em grupos, afinal o trauma está no corpo (ver <https://capacitar.org/>).

**VS** e **CO** se interessam pela sugestão, porque o trabalho é de fato muito estressante. O sentimento de impotência em ajudar deixa-os arrasados e causa mal-estar e estresse nas pessoas da Pastoral. Muitas vezes a única solução, de acordo com o juiz local, é quando há visibilidade internacional da situação dos presídios. Só quando há visibilidade e pressão internacional, algo poderia melhorar.

---



**Regina** faz uma sugestão: é necessário tirar férias. O padre **VS** também faz uma sugestão aos participantes: se forem ao Brasil, conheçam os presídios, visitem, vejam com seus olhos, e tragam essa vivência pra o exterior. Um participante também recomenda a leitura artigo do Niklas Franz no *Brasilicum*.

### **Sobre o ponto 8:** Comparação com o cárcere alemão

A moderadora relata sua experiência para visitar um presídio alemão em Colônia. O presídio tem um site e uma conta bancária, onde se pode fazer doações para os presos. Será um choque cultural para **VS** e **CO** a visita a este presídio, pois apesar de ser uma prisão, os prisioneiros tem direitos (a visitas, a formação, a trabalho). Talvez este seja uma cárcere melhor, talvez uma fase para o mundo sem cárcere.

Questionamento: É possível um mundo com cárceres humanos? **VS** acredita que não.

Um participante concorda que o sistema carcerário no Brasil é bem diferente do da Alemanha, mas na Alemanha também há vários problemas, várias críticas. Indica também um programa de rádio semanal, da Rádio Livre, sobre o cárcere na Alemanha e com entrevistas com presidiários (Knastfunk, <https://rdl.de/sendung/knastfunk>).

Um participante se oferece para mostrar fotos e vídeo feito no presídio Aníbal Bruno, em Recife–PE ao final do Fórum.

A moderadora pergunta o que se pode fazer diante desses casos. **VS** diz que é necessário divulgar a situação do cárcere no Brasil. A divulgação aqui (no exterior) repercute lá no Brasil. O governo brasileiro sente-se pressionado. O site da PCN está sempre com material atualizado (boletins a cada 15 dias).

- Site: [www.carceraria.org.br](http://www.carceraria.org.br)

- Facebook: <https://www.facebook.com/PastoralCarcerariaCNBB/>

### **Sobre o ponto 7:** Sobre os dados estatísticos

**VS** diz que infelizmente, não há uma muita confiabilidade em relação aos dados divulgados. Essa é sempre uma dificuldade da PCN. No Brasil, as fontes não são confiáveis. O sistema prisional lá ainda é precário. Em muitos lugares não tem computador, não tem telefone, não tem internet. Para a informação chegar, é bem difícil. Temos presídios também bem isolados. Tanto o acesso, quanto a saída da informação (a comunicação em geral) é complicada.

Um participante pergunta se não seria interessante, se os próprios presos escrevessem cartas e relatam suas histórias, com o intuito de divulgar.

Quanto à pergunta, o padre **Valdir** explica que no Estado de São Paulo há 230 mil pessoas presas. A PCN já chegou a receber 300 cartas por mês. Temos setores só pra cuidar da correspondência. Já recebemos abaixo-assinados de presídios. Já divulgamos algumas vezes dentro do Brasil, mas isso não traz grande resultado. Talvez aqui a visibilidade seja maior. Em relação a cartas, tem que ter muito cuidado pra não expor os presos e colocá-los em situação de risco.

Proposta feita: fazer uma carta aqui no encontro, onde todos assinem para enviar de volta ao Brasil aqui da Mesa Redonda para apoiar a causa da PCN e pressionar aqueles estados.

Contra-proposta: divulgar a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, com as 10 propostas concretas, aqui na Mesa Redonda e pedir para todos assinarem, assim teremos mais peso político para negociar.

---

Nesse momento, um participante mostra fotos do presídio em Recife, Pernambuco.

**Sobre os pontos 2 e 4:** os “passos alternativos” - as 16 medidas contra o encarceramento em massa

**Valdir S.** conta que no início, ao apresentar a proposta do “mundo sem cárceres”, foram chamados de loucos e utópicos. Porém com o massacre nesse ano nos presídios, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública passou a se basear em nossas medidas para trabalhar pelo mundo sem cárcere. O Governo Federal nos chamou para formar uma equipe com outras entidades para elaborar essas medidas. Ou seja, o que parecia loucura agora é procurado como solução/referência - não só para a sociedade civil, mas como programas governamentais.

Então, foram criadas 16 propostas de leis imediatas para diminuir o encarceramento. Uma delas: qualquer projeto de lei (penal) que for apresentado deve prever/calcular os impactos financeiros (ou seja, o que esse nova lei irá custar aos cofres públicos). Além disso, essa nova proposta de lei deve conter objetivos, metas a serem atingidas. Essas 16 medidas foram elaboradas com base na Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

**Sobre o ponto 5:** Questão da Defensoria Pública

**Valdir** explica que a Defensoria Pública (DP) foi criada na Constituição em 1988. Mas alguns estados já eram relutantes em fundar a DP, ou seja, já foi uma luta para criar a Defensoria Pública nos estados. Em São Paulo, a DP só foi criada em 2006. A PCN já lutava para que a DP fosse aprovada nos estados. Os advogados que trabalham para a Defensoria trabalham em todas as áreas do direito (criminal, civil) com pessoas pobres que não podem pagar um advogado. Também conseguimos que as DPs fossem criadas com as Ouvidorias Externas. Com essas Ouv. Externas alguém da sociedade civil acompanha os trabalhos da DP. Em São Paulo, a Ouv. Externa é bem forte. Hoje em dia também existe em outros estados (por exemplo Maranhão, Bahia).

Como os salários do Defensor Público é muito inferior ao de juízes e promotores, muitos defensores públicos escolhiam mudar de carreira e virarem juízes ou promotores. A DP começou a fazer uma campanha para que os defensores ganhasse um salário equivalente ao dos juízes. A Pastoral não concorda com isso, pois considera o salário de juízes absurdamente alto. Sem falar naqueles auxílios que já foram mencionados. A ideia de **VS** é que o salário dos juízes seja reduzido e não que o salário dos defensores públicos aumente.

**Caroline O.** ressalta também que, no fim das contas, o aumento do salário faz com que tenha menos defensores, pois diminui a possibilidade de ter mais contratações, por conta dos orçamentos dos estados.

Um participante mostra um vídeo no presídio Aníbal Bruno (Recife-PE), mostrando que ele estava anotando o número da esposa do preso, para avisar a ela onde ele está. **Caroline** fala que isso é bastante comum nos presídios.

Em conclusão, **Regina** faz os agradecimentos finais ao padre **Valdir** e a **Caroline**. O padre **Valdir** também agradece a todos por acolher o nosso desabafo, que é muito importante saber que tem pessoas que estão nos ouvindo. **Caroline** também agradece por poder ter esse momento de partilha.

Participantes falam que este Fórum foi uma oportunidade pra (re)pensar na questão do cárcere aqui na Alemanha e começar a pensar também na possibilidade de um mundo sem cárcere. Outro ressalta o importante papel da cooperação internacional para que essa situação, esses problemas tenham a repercussão necessária.

Mensagem final: vamos refletir sobre a liberdade, agradecer por ter essa liberdade e aproveitá-la!



---